

**Harry G. West. *Kupilikula. O poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. (M. Rocha, Trad.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2009. 436 pp.**

Próximo de um método de estudo de caso centrado em *situações sociais*, como proposto por Gluckman na primeira metade do século xx, Harry West recusa fechar um *povo* ou *grupo étnico* como unidade de análise. Toma como eixo empírico o “mundo social” do planalto de Mueda e ancora a sua narrativa num sólido exercício de antropologia histórica. Além de reconhecer o contributo fundamental dos seus principais colaboradores – Marcos Agostinho Mandumbwe, Eusébio Tissa Kairo e Felista Elias Mkaima –, o autor inicia cada um dos vinte e oito capítulos com excertos de conversas que a seguir são – conversas e interlocutores – contextualizados num quadro mais amplo do trabalho de campo e problematizados em relação à literatura existente. É hábil o entrosamento entre registos orais e escritos. As fotografias (sobretudo retratos), apoiadas por longas legendas, revelam detalhes mais prosaicos da pesquisa etnográfica. A escrita assume, por vezes, um pendor literário que entreabre espaços importantes ao valor epistemológico da experiência do próprio autor, bem como daqueles com quem este se cruza.

Harry West não é o primeiro a escrever sobre a relação entre poder, o oculto e a feitiçaria. Mas estes conceitos atravessam o seu texto em suspenso, enquanto perscruta o mundo social do planalto de Mueda por via da linguagem com que o compreendem os seus habitantes – a linguagem da feitiçaria, ou *uwavi*. Aceitando o repto lançado por Achille Mbembe – que salientou a importância de se cultivarem, em África, “linguagens de poder” que emirjam do quotidiano das pessoas –, West deixa-se permear pela obra de Mikhail Bakhtin e, seguindo James Clifford, desenvolve uma etnografia dialógica. Diz-nos que o mundo da *uwavi* é como um género discursivo, uma esfera de linguagem em que a língua é utilizada como um sistema de aparente estabilidade (pp. 40-41), suporte dos esquemas interpretativos daqueles que procuram o sentido de circunstâncias marcadas por assimetrias de poder e desigualdades no acesso a meios de subsistência.

A existência de “leões fabricados” surge como o dilema interpretativo que subjaz não apenas às inquirições iniciais do etnógrafo, mas também daqueles

que preenchem esta monografia. O objectivo é bastante ambicioso: condensar uma investigação de onze anos em menos de quatrocentas páginas e, ao mesmo tempo, conduzir os leitores por um mundo que lhes será cognitivamente *estranho*, desafiando-os a compreender as realidades de um género discursivo que associa feiticeiros, leões-gente, escravos zombie e helicópteros invisíveis. Embora assuma, por vezes, uma postura céptica (p. 37), West mostra-se atento à importância da *uwavi* na experiência vivida pelos habitantes de Mueda, bem como às mais variadas ambivalências, dúvidas e hesitações que a povoam, traçando um quadro de entendimentos periclitantes, incompletos, desafiados e re-significados a cada momento e por cada pessoa. Ao tomar como foco a linguagem, faz questão de manter a terminologia shimaconde e recorre a uma panóplia de ilustrações do carácter polissémico de cada categoria semântica, cujos significados dependem mais dos contextos dialógicos em que são utilizadas, e da história de quem participa na conversa, do que de uma qualquer normatividade inflexível.

Como é, então, entendido o poder na linguagem da *uwavi*?

O poder, em Mueda, define-se pela capacidade excepcional de transcender o mundo que a maioria das pessoas conhece, com o objectivo de obter influência sobre ele. Acedendo ao reino do invisível, torna-se possível controlar o mundo visível e realizar nele “visões transformadoras” (p. 45). As “pessoas comuns”, destituídas desta capacidade, ficam susceptíveis aos interesses de quem consegue tal ponto de observação privilegiado. Ao conversarem nesta linguagem, os habitantes do planalto questionam as formas de acesso a esse meio, os privilégios que daí advêm e se as instituições de autoridade são capazes de proteger o bem-estar colectivo. Ao vigiarem, desta forma, o mundo visível em busca de sinais que revelem os meandros ocultos do poder, ganham também acesso a um plano de entendimento privilegiado sobre o seu funcionamento e sobre a actuação de figuras de autoridade, que influem na definição de relações e (des)equilíbrios (*ibid.*). O poder é, aliás, considerado moralmente neutro: tanto pode ser usado com fins egoístas de promoção pessoal, consumindo o que é de outros (*feiticaria destrutiva*), como para controlar tais ímpetos e assegurar os interesses da comunidade (*feiticaria de construção*). Reverter, inverter ou anular o poder de outrem é aquilo que se denomina *kupilikula*.

Apesar da durabilidade do esquema da *uwavi*, este não é imutável e tem-se transformado ao longo do tempo em relação com outras linguagens correntes no planalto, entretanto adoptadas pelos seus habitantes. Ao historiar a relação entre os habitantes de Mueda e o sistema colonial, os missionários, os nacionalistas que lutavam pela independência, o socialismo científico e, já na década de 1990, as políticas de abertura do Estado e da economia ao neoliberalismo, Harry West

salienta a existência de ambivalências e alianças entre as várias partes, de onde nos surgem pessoas que transportam consigo repertórios em constante mutação, matizados pelos seus próprios percursos biográficos e abertos à introdução de novos elementos.

Se a linguagem surge, em todo o lado, associada a sistemas de aparente estabilidade cosmológica, e os conceitos como mecanismos que tornam o mundo cognoscível, várias são as vezes em que juízes, médicos, agentes do desenvolvimento e outros – *estranhos* a estas esferas – se deparam com histórias de vampiros, leões-fantasma e zombies, e as tomam como sintomas de *crendices* e de uma suposta inferioridade mental do africano, relegado para um *primitivismo* que o arreda dos benefícios da *razão*. Tais assunções resultam em sérias consequências, particularmente quando se tem como objectivo a governação de corpos e formas de vida.

No âmbito da literatura dedicada a encontros entre esferas que parecem ser mutuamente ininteligíveis, e enquanto se avolumam críticas à ideia de *regimes de verdade* de imposição totalitária, tornou-se mais comum encontrarmos análises da história colonial que complementam entendimentos de matriz foucaultiana com a problematização das (inter)subjectividades em jogo. Apesar de alcançar um espectro temporal mais lato, poderemos enquadrar nesta linha analítica o esforço empreendido em *Kupilikula*. Aqui, West chama-nos também a atenção para os riscos inerentes a processos de reificação da “tradição” bastante recentes, destacando a aplicação de um crivo normalizador que obedece de forma acrítica às lógicas das agendas políticas internacionais, no enquadramento institucional e jurídico de práticas e categorias sociais voláteis, incluindo “autoridades” não reconhecidas pelas populações. Se a linguagem desta formalização tem sido absorvida e re-significada por aqueles que conheceu no seu trabalho de campo, West não abdica de traçar duras críticas à forma como os sucessivos governos têm jogado com as autoridades locais. No fim, o tom é optimista. O que *Kupilikula* nos oferece é uma valiosa análise das estratégias adoptadas por aqueles que habitam o planalto de Mueda, “vórtice de encontros e transformações culturais” (p. 140) e lócus de novas formas de *uwavi* e diferentes maneiras de ver o mundo.

Inês Neto Galvão  
Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa  
ines.galvao@ics.ul.pt

**Maria Elizabeth Lucas e Sérgio Baptista da Silva (Orgs.).**  
*Ensaaios etnográficos na ilha de Santiago de Cabo Verde.*  
*Processos identitários na contemporaneidade.* Praia: Edições  
Uni-CV. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. 277 pp.

Os artigos coligidos neste volume inaugural da série “Estudos Sociais Cabo-Verdianos” derivam de seis teses da primeira turma do mestrado interinstitucional em Ciências Sociais (2007-2009) entre a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estes ensaios revelam bem a amplitude temática a que uma nova geração de investigadores cabo-verdianos se dedica, sem precisar de se deslocar do seu próprio universo geográfico. Porém, e o alerta é feito de antemão, este enfoque micro não descarta o contexto que o enforma, antes percebe o local inserido na dinâmica regional, nacional e internacional. Ao longo dos vários artigos, percorremos assuntos como o turismo, a música, a imigração, o género, os rituais fúnebres ou as comunidades de *rabelados*, que se interligam através de um fio condutor que é a análise das questões locais e identitárias cabo-verdianas.

O primeiro ensaio desta colectânea, da autoria de Flávia Santos, intitula-se “Construção patrimonial da Cidade Velha: usos políticos, turísticos e identitários”. A Cidade Velha foi declarada património nacional em 1990, mas foi a sua elevação a património mundial pela UNESCO e concomitantes perspectivas de desenvolvimento turístico que marcou uma viragem no processo de patrimonialização deste local. O ensaio problematiza este processo a partir de uma reflexão sobre os usos e significados que diferentes agentes atribuem aos bens patrimoniais, interrogando-se sobre quem constrói o valor patrimonial de um lugar e quais as razões e interesses subjacentes às escolhas que se fazem na produção de discursos sobre o património. A autora perspectiva esta questão de vários ângulos, revelando-nos as diferentes vozes que se cruzam nesta empreitada, repleta de tensões, conflitos e negociações e marcada por relações de poder desiguais. Moradores, Estado ou promotores turísticos discorrem diferentemente sobre a Cidade Velha, evidenciando-se as diferentes opiniões que têm sobre a questão basilar que perpassa esta análise do processo de patrimonialização, a saber, a questão da memória e da identidade nacional.

O ensaio de Carmem Furtado tem como terreno o bairro Craveiro Lopes na cidade da Praia. A questão de partida é colocada logo no subtítulo: “bairro de músicos e músicos do bairro – a diferença que o bairro faz ou a diferença que a música faz?”. A autora procura compreender como o bairro se foi constituindo num universo social cujos membros, além da identidade de músicos, compartilham um sentimento de pertença a esse espaço territorial. Enquadrando histórica e politicamente a passagem de uma hegemonia da morna enquanto expressão musical cabo-verdiana para o despontar de outras manifestações musicais, como o batuque e o funaná – que só tiveram reconhecimento após a independência nacional e que tinham uma conotação revolucionária e africanista – a autora dá conta das várias transformações no panorama social e musical do país que acompanharam as estratégias de diferenciação e distinção dos moradores do bairro em relação a outras localidades. Os músicos do bairro assumem-se como protagonistas destas transformações musicais e sociais que encontram no *mundo artístico* o dispositivo da sua promoção, reafirmando assim a valorização e o reconhecimento do seu espaço de pertença. Um ponto que a autora não descarta é a operacionalização das redes de relações (familiares, de amizade e vizinhança) que são determinantes na forja destes processos.

Eufémia Rocha dirige o seu olhar analítico para os imigrantes da costa ocidental africana a residirem na Praia, denominados de *mandjakus* pelos cabo-verdianos. Ainda que *mandjaku* designe um grupo étnico da África Ocidental, na Praia, e em Cabo Verde em geral, esses estrangeiros são vistos como um grupo homogéneo. Todavia, têm proveniências étnicas e geográficas distintas e são portadores de diversas visões do mundo. Existe pois uma grande heterogeneidade no seio desta comunidade migrante. A autora tenta descortinar de que forma é que estes imigrantes percebem a sua racialização e para isso concentra a sua atenção num traço comum a todos eles, que é o tema chave que guia a análise: a emigração. A partir das trajetórias de vida de alguns destes migrantes, ficamos a saber que as suas razões e motivações para emigrar são várias e não se resumem a carências económicas – nalguns casos não passam sequer por elas. Os factores que desencadeiam a emigração podem ser antes o deslumbramento pela ideia de viajar e conhecer o mundo, dar continuidade à actividade comercial da família ou mesmo a autonomia relativamente a esta. Em muitos casos existe uma valorização do movimento e um sentimento de privilégio por emigrar que nada tem que ver com uma posição de marginalidade ou pobreza, que tantas vezes é tomada como a causa da mobilidade destes imigrantes *mandjakus*.

O ensaio de Carla Carvalho, intitulado “*Fornadja*, campo e casa: espaços em transformação”, foca o caso da comunidade rural da Ribeira de Principal, conhe-

cida como a ribeira das *fornadjas* (espaço de produção de grogue constituído por alambiques e trapiches – engenhos de moagem da cana-de-açúcar). Em tempos a *fornadja* era um espaço de produção masculino mas, à medida que os homens emigravam ou ingressavam noutras ocupações, as mulheres apropriavam-se das *fornadjas* e do trabalho agrícola. A autora levanta a hipótese de a emigração masculina afectar quer o espaço social público, quer o familiar, conduzindo a uma redefinição da posição da mulher nas relações de poder nestes contextos. Hoje, a mulher já não é uma mera ajudante do membro masculino, é produtora de grogue, dirigindo todo o processo produtivo. Esta alteração da ordem das coisas teve implicações nas relações entre homens e mulheres e na construção simbólica dos sujeitos sociais de Ribeira de Principal. Duas arenas de acção coexistem dialecticamente nestas reformulações identitárias: o espaço doméstico e privado da casa, por um lado, e o espaço colectivo e público do trabalho, por outro. Assiste-se a uma renegociação dos papéis sociais de género, o que não pressupõe um rompimento total com a estrutura de poder vigente. Há, é certo, uma maior flexibilidade, mas esta não ameaça a hegemonia masculina no foro doméstico. A *fornadja*, além de ser uma estratégia de aprovisionamento, é também uma forma de resistência das mulheres às concepções culturais e sociais que as confinavam ao espaço privado. Assim, a sua participação activa no espaço público viabiliza um *empowerment* da sua própria posição social.

“*Txoru* falado e *txoru* cantado: representações sociais da morte no espaço rural de Achada Falcão” é o mote de Maria Madalena Correia para a análise dos motivos e significados do choro, enquanto ritual da morte, no espaço rural de Santiago. O choro é uma prática sociocultural no ritual fúnebre, entoado por familiares, amigos e vizinhos, e podendo ter destinatários diferentes: o falecido, os antepassados ou os vivos. O pranto é predominantemente feminino e existem diferentes formas de chorar, que são avaliadas por terceiros, mas todas elas obedecem a um modelo que oscila entre momentos de pausa e momentos de choro intenso. As avaliações e os juízos que são feitos sobre as famílias e a intensidade das relações das carpideiras com o defunto dependem do sucesso performativo do seu pranto. O choro não é um mero pranto. As pessoas tecem no choro comentários improvisados do seu quotidiano e passam informações sobre o tipo de pessoa que era o falecido, regra geral abonatórias, e sobre o tipo de relacionamento interpessoal que tinham com ele. Através do choro mandam-se recados aos antepassados mas também aos vivos. O choro é também o cumprimento de uma obrigação social. Mas uma obrigação que tem as suas regras e os seus interditos rituais com um significado simbólico associado. O cariz performativo destes rituais demonstra bem como os estados emotivos são regulados por convenções sociais.

Maria de Lourdes Gonçalves apresenta-nos uma análise sobre a (re)formulação identitária das comunidades *rabeladas* de Santiago. Ser *rabelado*, na óptica do grupo, não significa ser revoltoso ou rebelde, como veiculam as visões exteriores, mas antes fazer parte dos *revelados*, os escolhidos de Cristo, cuja missão é revelar a palavra sagrada. Se na origem da sua formação, a resistência às missões evangelizadoras e sanitárias foi um marco identitário, hoje há uma permeabilidade maior à sociedade envolvente que põe em causa as anteriores resistência e marginalidade. A autora foca os recentes processos de transformação social e identitária que hoje decorrem nesta comunidade e propõe-se analisar as *portas* ou *pontes*, criadas ou impostas, que possibilitam aos membros do grupo participarem noutras arenas sociais, ampliando redes de ligações intra e extra comunidade. Nos termos em que a própria autora o coloca, este é um estudo das *margens* e das suas relações com o *centro*. Hoje, certas aberturas da parte dos *rabelados* (como novos hábitos de consumo e estilos de vida por parte dos jovens) e a actual intervenção de agentes externos (como o governo, através de políticas de saúde e educação) acarretam reconfigurações das relações sociais que os aproximam das estruturas institucionais. As alterações nos códigos tradicionais parecem, segundo a autora, ameaçar a reprodução social do grupo e a identidade de resistência que caracterizou outrora a comunidade *rabelada*. Mas importa notar que as identidades se modificam conforme as conjunturas históricas e políticas e que os *rabelados*, consoante os contextos, são exaltados ou marginalizados. Se durante muito tempo foram perseguidos, presos e deportados, agora o seu valor é defendido, por agentes externos e internos, apelando-se muitas vezes à sua preservação como património histórico e cultural. Assim, a categoria “rabelado” vem assumindo novos significados, o que demonstra bem a dinâmica e a fluidez que caracterizam os processos de formação identitária.

Este livro destaca-se pelo seu forte pendor etnográfico e tem o mérito de divulgar uma panóplia variada de investigações que se debruçam sobre questões centrais da antropologia. O seu carácter pioneiro no campo da etnografia cabo-verdiana revela o vigor e as potencialidades de um campo disciplinar que começa a florescer e a ganhar forma em Cabo Verde. Mas como é natural, há nestes processos de amadurecimento arestas a limar. Em alguns ensaios existe um excesso de citações etnográficas que por vezes satura o texto com informações redundantes. Noutros deparamo-nos com a repetição da mesma ideia em detrimento de uma maior problematização teórica ou da afinação de certos conceitos utilizados acriticamente. Ao nível da narrativa, por vezes o argumento é pouco explícito ou as citações utilizadas nada ilustram, o que se deve certamente aos cortes feitos nas teses de origem. E em certos casos a leitura não é fluida, quer porque a estru-

tura narrativa está fragmentada, quer por incorrecções de escrita ao nível gramatical. Uma revisão editorial mais cuidada teria sido útil, e teria evitado também algumas falhas de ordem formal: alguns títulos dos ensaios diferem do cabeçalho do artigo para o índice do livro e existem referências bibliográficas no curso do texto que depois não aparecem na bibliografia final.

Não obstante, no cômputo final, a publicação deste livro é uma iniciativa muito meritória, na medida em que traz à estampa o resultado do trabalho de uma nova geração de cientistas sociais cabo-verdianos que se vislumbra promissora.

Maria do Carmo Lorena Santos  
Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa  
carmodaun@gmail.com